



## **As teorias econômicas e suas interfaces com o desenvolvimento sustentável e a Agroecologia**

*The Economic Theories and their interfaces with sustainable development and Agroecology*

VILHENA<sup>1</sup>, Luciana Girão de; LIMA<sup>2</sup>, Filipe Augusto Xavier

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)<sup>1</sup>, luciana.girao@alu.ufc.br; <sup>2</sup>Universidade Federal do Ceará (UFC), filipeaxlima@hotmail.com

### **Eixo temático: Políticas públicas e Agroecologia**

**Resumo:** Este trabalho objetivou analisar a trajetória de diálogos existentes entre a teoria econômica e o desenvolvimento sustentável (DS), considerando o enfoque agroecológico. Ao confrontar a teoria econômica com os temas economia ambiental, meio ambiente, sustentabilidade, DS e Agroecologia, percebeu-se um *gap* teórico para responder questões contemporâneas que envolvem a interligação dos temas supracitados com a atual sociedade do conhecimento e o apelo da agroindústria nacional por modelos de produção não necessariamente sustentáveis.

**Palavras-chave:** Enfoque agroecológico. Pensamento Econômico. Teoria Ambiental.

### **Introdução**

A partir da perspectiva de construir um corpo teórico e científico para incluir e fortalecer a questão ambiental no âmbito da noção de desenvolvimento, o que o *mainstream* econômico, em princípio, não alcançou, é traçada a justificativa para este estudo que pauta-se na necessidade de superar a percepção de que o meio ambiente é uma fonte inexaurível de recursos disponíveis para servir às necessidades ilimitadas do homem. Após as revoluções industriais, tal perspectiva passou a ser considerada ultrapassada e ilógica, uma vez que, com os avanços tecnológicos e o crescimento exponencial da população, ocorreram profundas mudanças no ordenamento econômico mundial, fazendo com que as atividades humanas causassem impactos negativos significativos ao meio ambiente, comprometendo o futuro do planeta e das futuras gerações. Com tais eventos, o *mainstream* econômico precisou adaptar seu corpo teórico, de modo a internalizar as questões ambientais e, por consequência, a sustentabilidade e o conceito de desenvolvimento sustentável (DS).

Diante desse contexto, surgem os seguintes questionamentos: como se relacionam as noções de desenvolvimento e DS no corpo teórico da teoria econômica? Uma vez que o DS é multidimensional, de que maneira ele se relaciona com o enfoque agroecológico? Quais as possibilidades de a Agroecologia ser um vetor para consubstanciar o DS? Com essas perguntas de partida, o presente artigo objetiva analisar a trajetória de diálogos existentes entre a teoria econômica e o DS, considerando o enfoque agroecológico. Especificamente, busca-se conhecer as mudanças relevantes que ocorreram no bojo dessa interface teórica; e apresentar



um breve diálogo sobre questões fundamentais entre a teoria econômica neoclássica e a sustentabilidade, especialmente, no que se refere ao DS e a Agroecologia.

## **Metodologia**

Foi feita uma pesquisa bibliográfica através do arcabouço teórico sobre a emergência e antecedentes históricos da ideia de desenvolvimento, objetivando analisar a emergência e a trajetória dessa noção, contextualizando as suas múltiplas interpretações. Para a elaboração deste trabalho, optou-se pelo enfoque qualitativo, no intuito de permitir uma abordagem exploratória e descritiva.

## **Resultados e Discussão**

Em tese, tem-se que os impactos do sistema sobre o meio ambiente se dão em função da dimensão do sistema econômico (SE) e do estilo dominante de crescimento econômico (ou como o SE se expande). Nesse sentido, surgem problemas ao progresso econômico, uma vez que as atividades humanas acompanham o SE, conduzindo o mundo para uma era em que o capital natural em substituição ao capital manufaturado é um fator limitante ao desenvolvimento econômico (SANDRONI, 1999). Considerando a lógica econômica, Daly (2004), preconiza que se deve maximizar a produtividade do capital mais escasso (fator limitante) e aumentar a sua oferta, o que se tornou imperativo dos tempos atuais, demandando que o desenho de políticas econômicas fosse voltado para incrementar a produtividade do capital natural e dos benefícios deles derivados.

A vertente neoclássica da economia ambiental surge a partir do momento em que o *mainstream* econômico se viu pressionado a incorporar, em esquema analítico, considerações sobre a problemática ambiental. As explicações repousam, primeiramente, no fato de que o SE é visto como principal fonte de pressão sobre o meio ambiente, implicando na necessidade da análise econômica dominante em dar respostas sobre: 1) a relação SE X sistemas naturais; 2) o reconhecimento de que a economia retira recursos naturais do meio ambiente e os devolve sob a forma de produtos e dejetos/resíduos dos processos de produção e consumo; e 3) admitiu-se que a finitude dos recursos providos pelo meio ambiente poderia levar à crescente escassez de materiais e da poluição produzidos pelo SE ultrapassando a assimilação de resíduos dos ecossistemas (ANDRADE, 2008).

A teoria da poluição, considerada o ramo mais importante da teoria neoclássica ambiental, é baseada na teoria do bem-estar e dos bens públicos, elaborada por Pigou, nas primeiras décadas do século XX, cujo foco refere-se ao meio ambiente, bem público na sua função de receptor de rejeitos, considerando-se, então, a poluição como uma externalidade negativa. O objetivo dessa teoria é entender, inicialmente, quais são os danos da poluição causada pelo meio ambiente e quais são os custos e benefícios da adoção de mecanismos de controle da poluição e,



como objetivo último, apreender as implicações da poluição na geração da eficiência de Pareto (ANDRADE, 2008). Em paralelo, registra-se a existência de uma corrente alternativa à Teoria Ambiental Neoclássica (TAN), denominada Economia Ecológica, datada do final da década 1980, que postula que “as complexidades dos problemas ambientais não permitem que sejam analisados pela óptica de uma única disciplina, exigindo uma integração analítica de várias perspectivas” (ANDRADE, 2008, p.17), cuja diferenciação em relação aos neoclássicos, segundo Molina (2010, p. 80), introduz uma mudança fundamental na percepção dos problemas de alocação de recursos e de como eles devem ser tratados do mesmo modo que uma “revisão” da dinâmica como o crescimento econômico é estabelecida.

Sachs (1995) ressalta o poder da palavra desenvolvimento, como um conceito que influencia o comportamento e a maneira de pensar da humanidade. Sob a óptica da Ciência Natural, “o desenvolvimento descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance sua forma natural, completa e amadurecida” (SACHS, 1995, p. 62). O autor enfatiza um período em que os cientistas passaram a usar os termos evolução e desenvolvimento como sinônimos.

De modo que se pode afirmar que, conforme Esteva (1996), a redução do conceito de desenvolvimento para o de crescimento econômico foi a pior transformação que o termo sofreu, apequenando-o para aumento da renda *per capita*, enfatizado pelas Nações Unidas (1947). O desenvolvimento econômico transformou-se em variável matemática! A ênfase no rápido crescimento econômico descuidou-se dos impactos sociais, assim não se pôde visualizar como superar tais consequências, senão saídas imediatistas para combater a pobreza e, mesmo com a existência de relatórios de condições sociais demonstrando preocupações quanto à questão, essas inquietações foram tragadas pelo conflito entre os quantificadores econômicos e os especialistas em serviço social.

Apenas a partir dos anos de 1960 e 1970 iniciaram-se a convergência e a aceitação da integração de tais aspectos, esboçando o problema dos países subdesenvolvidos como um problema de desenvolvimento, exigindo soluções mais que econômicas, introduzindo-se o conceito de DS. A Conferência de Estocolmo, na Suécia (1972), constituiu-se um marco importante no que concerne a objetivos e perspectivas de política ambiental, aglutinados em um evento internacional promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo amplamente reconhecida como uma referência histórica na tentativa de melhorar as relações do homem com o meio ambiente, e por ter inaugurado a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental, que mais tarde evoluiria para a noção de DS.

Contudo, depois de mais de uma década de discussões sobre problemas ambientais, somente em 1987 a ideia de DS ganha reconhecimento, a partir do relatório denominado Informe Brundtland, publicado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988). Na década de 1990, o conceito



de DS se transformou em bandeira da política ambiental, que passou a se voltar para a normatização de padrões de produção e consumo e qualidade de vida.

A sustentabilidade é multidimensional, possui relações de interdependência entre as variadas dimensões, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido. Sobre a sustentabilidade, tomam-se como base as seis dimensões iniciais elaboradas por Sachs (1995): ecológica, econômica, social, territorial, cultural e política. O autor supramencionado ressalta o esforço de compreensão e de síntese, da Cúpula Mundial do DS, a Rio+10, que conseguiu encontrar um caminho ao dizer que o DS tem uma base formada por três pilares - o econômico, o social e o ambiental (*triple-bottom-line*) - e um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza.

O conceito de sustentabilidade deriva do de DS, como apontado em Sachs (1995), que considera a existência de uma dimensão ecológica do desenvolvimento, cujas bases estão calcadas no emprego massificado das potencialidades dos recursos considerando os diversos ecossistemas, no intuito de produzir o mínimo de deterioração ao meio ambiente.

Sobre a Agroecologia, de acordo com Feiden (2005), seu princípio fundamental, assim como na Ecologia, é o de imitar o ecossistema original. A ideia é reproduzir ou replicar os ecossistemas naturais, para tanto, exigem-se conhecimentos dos mais variados. Com isso o autor apresenta os princípios da Agroecologia: a) redução da dependência de insumos comerciais; b) utilização de recursos renováveis com disponibilidade local; c) ênfase na reciclagem; d) introdução de espécies que criem diversidade funcional ao sistema; e) sistemas com *design* adaptados às condições locais; f) manutenção da diversidade, continuidade especial e temporal da produção; g) otimização de rendimentos sem ultrapassar a capacidade do ecossistema original; h) resgate e conservação da genética local; e i) resgate e conservação da cultura local.

Assim, do ponto de vista de Sevilla Guzmán (2001), a partir da síntese do conceito de Agroecologia e seu enfoque, que projeta o DS, tem-se que a estratégia agroecológica desempenha o papel de centralizar a dimensão local como portadora de um potencial endógeno através do qual, a articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas potencializadores da biodiversidade ecológica e sociocultural. Evidencia-se, ainda, a multidimensionalidade da sustentabilidade a partir da Agroecologia, a qual possui o tripé econômico-social-ambiental como face de tais dimensões.

## **Conclusões**

Ao longo da pesquisa concluiu-se que os principais autores que versam sobre as temáticas introduzidas neste trabalho ainda não respondem questões fundamentais, como: qual o limite da produção sob o prisma do desenvolvimento econômico sustentável nos moldes do sistema capitalista de produção? Vive-se a era do



conhecimento, dos serviços e da inovação, em que o centro da sociedade está nas pessoas e seu capital é o humano e o social. Diante dessa realidade, de que maneira a sociedade do conhecimento se preocupa ou age para alcançar os objetivos do DS? As teorias baseadas em uma era agroindustrial podem estar ultrapassadas?

Por fim, através da análise bibliográfica aqui realizada, objetivando conhecer a evolução das teorias econômicas e suas interfaces com o DS e a Agroecologia, observou-se que os teóricos ligados à corrente do DS apregoam que essa vertente oferece um instrumental analítico mais condizente com os critérios de sustentabilidade e com a preservação da vida no planeta. Já os teóricos ligados à Agroecologia a entendem como uma ciência capaz de tratar as questões ambientais nas teorias econômicas e buscam inclui-la como ferramenta de concretização do DS.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, D. C. **Economia e meio ambiente:** aspectos teóricos e metodológicos nas visões. ANPPAS, 2008. p. 197-201.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. **Relatório Brundtland.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

DALY, H. E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. In: **Ambiente & sociedade,** jul-dez, 2004/vol. 7, n. 002. Campinas

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 50-70.

MOLINA, S. M. G. **Ecologia Evolutiva Humana.** Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Departamento de Genética. Piracicaba, 2010.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados.** v.9, n.25. São Paulo: Edusp, 1995.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best-Seller, 1999.

**XI CBA**  
**Congresso**  
**Brasileiro de**  
**Agroecologia**  
Ecologia de Saberes:  
Ciência, Cultura e Arte na  
Democratização dos  
Sistemas Agroalimentares



SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.